PARECER 183/2019

Parecer ao Projeto de Lei 059/2019-E, de 27/08/2019, enviado através da mensagem 59/2019, que “Dispõe sobre a criação e extinção de cargos na Lei nº 2.208, de 01 de fevereiro de 1994 e dá outras providências”.

Pretende a Administração Municipal com o presente projeto de lei, ampliar o quadro de funcionários da área da saúde para atender, em suas especialidades, a nova realidade de demanda dos serviços públicos prestados aos munícipes da Estância Turística de São Roque e propiciar uma melhora contínua na prestação do serviço público essencial.

Nesse sentido, o projeto de lei propõe a criação de cargos de provimento efetivo para médicos especialistas nas áreas de endocrinologia, gastroenterologia, mastologia, ortopedia, psiquiatria infantil, pneumologia e regulador e, também, especialista na área de psicologia infantil.

Outra finalidade desta propositura é a extinção de cargos que não mais atendem as necessidades do Departamento de Saúde pela insuficiência dos requisitos nas respectivas áreas de atuação.

É o relatório.

A Lei Orgânica do Município, no artigo 60, § 3º, trata das iniciativas privativas do Prefeito para propor determinadas proposições, conforme vejamos:

Art. 60. (...)

§ 3º São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que:

I - criem cargos, funções ou empregos públicos, fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores da Administração direta, autárquica ou fundacional;

II - disponham sobre o regime jurídico dos servidores do Município;

III - criem, alterem, estruturam as atribuições dos órgãos da Administração direta, autárquica ou fundacional.

Neste mister, quanto à iniciativa, o projeto é revestido de legalidade, uma vez que altera leis cuja competência somente é cabível ao Prefeito Municipal, quais sejam, criação e extinção de cargos de provimento efetivo.

Nos termos da Constituição Federal, cada ente estatal tem autonomia para estabelecer o funcionamento dos serviços administrativos, bem como ampliar ou reduzir os direitos e vantagens concedidas aos seus servidores, com observância dos ditames constitucionais e respeitado o interesse público.

Observa-se que a proposição cria cargos de provimento efetivo, e desta forma, a mesma vem acompanhada do impacto

orçamentário demonstrando os valores que o Município suportará com os novos cargos criados, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todavia, o projeto em apreço não vem acompanhado do prévio estudo de impacto atuarial, conforme determinado no artigo 317, III da Lei Orgânica do Município de São Roque, sob o argumento de que as empresas especializadas, contratadas para enviar orçamento para a elaboração do referido cálculo são uníssonas em afirmar da impossibilidade de elaborar tal cálculo pela ausência de dados concretos das pessoas que ingressarão no cargo.

Diante do exposto, o projeto está apto a ser deliberado, ressaltando a ausência do referido estudo de impacto atuarial, diante da justificativa acima apresentada.

Parecer das Comissões Permanentes de “Constituição, Justiça e Redação” e “Orçamento, Finanças e Contabilidade”, cujo mérito, quanto a conveniência e oportunidade é de exclusiva competência dos Edis.

Maioria absoluta (art. 54, §1º, III, RI), única discussão e votação nominal.

É o parecer.

São Roque, 20 de agosto de 2019.

VIRGINIA COCCHI WINTER

OAB/SP 251.991

YAN SOARES DE SAMPAIO NASCIMENTO

OAB/SP 282.273